

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VII – Nº 1.257 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 2001

## Senadores aprovam plebiscito sobre criação de novo estado

Projeto de Mozarildo Cavalcanti prevê consulta popular em todo o Mato Grosso para decidir se 52 municípios devem ser separados e formar o estado do Araguaia. A matéria ainda depende da apreciação da Câmara dos Deputados



O senador Lúcio Alcântara foi indicado ontem pelo PSDB para o cargo

**Alcântara deve presidir Comissão de Assuntos Econômicos**

PÁGINA 2



**Parlamentares dão início a investigações em São Luís**

PÁGINA 5

**Dutra e Ademir querem apurar denúncias de corrupção**

PÁGINA 7



### **EX-PRESIDENTE DO CONSELHO FISCAL DO FLAMENGO DENUNCIA O DESAPARECIMENTO DE US\$ 2 MILHÕES**

Ex-presidente do Conselho Fiscal do Flamengo, Roberto Abranches disse ontem à CPI do Futebol do Senado que, dos US\$ 6 milhões gastos pelo clube para comprar o jogador iugoslavo Petkovic, sumiram US\$ 2 milhões. Esse valor teria sido convertido em depósitos bancários, para as empresas Picoline e Lake Blue, em paraísos fiscais do Caribe.



Paulo César Ferreira (D), do Conselho Deliberativo do Flamengo, responsabilizou o presidente do clube, Edmundo Santos Silva, por atos irregulares

### **CONSELHEIRO ACUSA EDMUNDO SILVA DA PRÁTICA DE IRREGULARIDADES**

PÁGINA 5

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de decreto legislativo que determina a realização de plebiscito em todos os municípios de Mato Grosso sobre a criação do estado do Araguaia. De autoria do senador Mozarildo Cavalcanti, a proposta prevê, caso o resultado do plebiscito seja favorável, a separação de 52 municípios do noroeste mato-grossense para a constituição do novo estado. A matéria será submetida agora à Câmara dos Deputados e, se aprovada, a consulta popular deverá ocorrer no prazo de seis meses.



Mozarildo Cavalcanti: "Está na hora de repensar o mapa do Brasil"

PÁGINA 3

### **Ampliação de cargos na Defensoria vai a sanção**

PÁGINA 3

### **Plenário manifesta pesar pelas mortes em Campos**

O Senado aprovou ontem requerimento de voto de pesar aos familiares das vítimas do acidente na plataforma da Petrobras na Bacia de Campos. A proposição foi apresentada pelo senador Roberto Saturnino.



Saturnino apontou o desmonte do Estado como fator responsável pelos acidentes

PÁGINA 4

## Tebet anuncia na quarta relator de processo contra ACM

O presidente do Conselho de Ética do Senado, Ramez Tebet (PMDB-MS), informou, em entrevista à imprensa, que anunciará até quarta-feira o nome do senador que irá relatar o pedido das oposições para investigar se o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) feriu o decoro parlamentar em sua conversa com procuradores da República, divulgada pela revista *IstoÉ*.



Tebet aguarda uma segunda gravação da fita da *IstoÉ*

O nome será conhecido antes da sessão secreta que o conselho pretende fazer, também na quarta, com os procuradores Guilherme Schelb e Eliana Torelly. Em depoimento aos senadores, os dois se recusaram a falar do conteúdo da conversa com

Antonio Carlos, sob o argumento de que poderiam ferir normas de conduta do Ministério Público, mas se comprometeram a comparecer a uma reunião secreta.

Para Tebet, as informações a serem prestadas sob sigilo pelos procuradores poderão ajudar os senadores a "formar convicções", mas não devem integrar o relatório a ser votado pelo Conselho de Ética. "No máximo, poderiam constar de uma parte do relatório que não seria divulgada", disse. Ele afirmou ainda que as conclusões dos técnicos da Unicamp sobre a segurança do painel eletrônico de votações do plenário "serão de extrema importância" para o conselho julgar o caso.

Antonio Carlos pediu para falar ao conselho somente depois de conhecido o parecer técnico da Unicamp. Até lá, informou Tebet, o Conselho de Ética já deve ter uma segunda gravação da fita apresentada pela revista *IstoÉ*.

# Lúcio Alcântara deverá ser o presidente da CAE

PSDB indica nome do senador cearense para o comando da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado Federal

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) foi indicado ontem pelo líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE), para assumir, a partir da próxima semana, a presidência da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Na entrevista em que fez o anúncio, Sérgio Machado disse ter ficado satisfeito com o resultado da reunião de lideranças, realizada na noite da última quarta-feira. No encontro, os senadores definiram a distribuição das presidências das comissões permanentes entre os diversos partidos com representação na Casa. "Foi um bom entendimento", afirmou o líder tucano.

O PMDB – que terá direito ao comando das Comissões de Fiscalização e Controle (CFC) e de Serviços de Infra-Estrutura (CI) – foi o primeiro partido a apresentar à Mesa as listas com os nomes dos senadores que integrarão cada uma das comissões permanentes da Casa.

As demais bancadas devem apresentar as suas listas até terça-feira. Já no dia seguinte, as co-

missões poderão se reunir para escolher os presidentes e vice-presidentes, que terão mandatos de dois anos, simultâneos ao da nova Mesa do Senado.

Durante a reunião de líderes, para facilitar a viabilização de um acordo entre os partidos, o PMDB abriu mão do comando da CAE para o PSDB. Como a maior bancada com representação na Casa, o PMDB tinha direito de fazer a primeira escolha.

Os presidentes das comissões têm um papel decisivo na tramitação dos projetos examinados e votados pelo Senado. Cabe a eles, de acordo com o Regimento, ordenar e dirigir os trabalhos da comissão, dar-lhe conhecimento de todas as matérias recebidas e designar os relatores para cada uma dessas matérias.

Além disso, eles devem resolver questões de ordem e agir como veículo de comunicação entre a comissão e a Mesa.

Entre as atribuições próprias das comissões, estão as de discutir e votar projetos de lei, convocar ministros de Estado para

prestar informações a respeito de atividades desenvolvidas em suas áreas de atuação, realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil e opinar sobre o mérito de proposições submetidas ao seu exame, emitindo parecer sobre elas.

Conforme decisão dos líderes, a distribuição das comissões entre as bancadas será a seguinte:

Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) – presidente: PSDB, vice: PMDB;

Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) – presidente: PFL, vice: PSDB;

Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) – presidente: Bloco Oposição, vice: PMDB;

Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) – presidente: PMDB, vice: PFL;

Comissão de Educação (CE) – presidente: PSDB, vice: PFL;

Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) – presidente: PMDB, vice: PSDB;

Comissão de Assuntos Sociais (CAS) – presidente PFL, vice: Bloco Oposição.



## ARTUR DA TÁVOLA CUMPRIMENTA PRESIDENTE DO SENADO

O senador licenciado Artur da Távola, secretário municipal de Cultura do Rio de Janeiro, fez ontem uma visita de cortesia ao presidente do Senado, Jader Barbalho, para cumprimentá-lo pela vitória na eleição da nova Mesa da Casa.

## PSDB e PPB decidem formar bloco parlamentar

Os senadores Sérgio Machado (PSDB-CE) e Leomar Quintanilha (PPB-TO), líderes de seus partidos, comunicaram ontem à Mesa do Senado que as duas bancadas decidiram constituir bloco parlamentar, sob a liderança do PSDB.

A decisão foi tomada na última terça-feira, em reuniões dos líderes com suas respectivas bancadas.

## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 16 DE MARÇO DE 2001

Jader Barbalho  
Presidente

### PLENÁRIO

9h – Sessão não-deliberativa

### PREVISÃO

#### PLENÁRIO

Segunda-feira  
14h30 – Sessão não-deliberativa

#### Terça-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: primeiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 69/99, que altera a redação da alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição federal (financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste); votação em turno suplementar do substitutivo do Senado ao PLC nº 47/94, que dispõe sobre o exercício profissional da atividade de técnico de segurança patrimonial; PLC nº 27/95, que dispõe sobre o acesso das entidades sindicais às informações provenientes dos registros administrativos que especifica; e PDLs aprovando atos de renovação e outorga de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

#### Quarta-feira

14h30 – Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: segundo dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 69/99, que altera a redação da alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição federal (financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste); PLC nº 31/95, que dá nova redação ao parágrafo 1º do art. 239 da Consolidação das Leis do Trabalho (jornada de trabalho); PLC nº 59/95, que altera dispositivos da Lei nº 4.870/65, para a criação do Conselho de Assistência Social aos Trabalhadores da Agroindústria Canavieira (cana-de-açúcar, álcool e açúcar); e PDLs aprovando atos de renovação de concessão e de outorga de permissão para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

#### Quinta-feira

10h – Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: terceiro dia de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 69/99, que altera a redação da alínea "c" do inciso I do art. 159 da Constituição federal (financiamento ao setor produtivo das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste); PLC nº 72/95, que disciplina os anúncios de oferta de emprego; PLC nº 113/95, que dispõe sobre o processo de trabalho nas ações que envolvam demissão por justa causa; PLC nº 50/98, acrescenta dispositivos ao art. 487 da Consolidação das Leis do Trabalho (inclusão das horas extras habituais no aviso prévio); PLC nº 52/99, que institui normas gerais relativas à atividade de peão de rodeio, equiparando-o a de atleta profissional; e PDLs aprovando atos de renovação e outorga de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão sonora.

#### Sexta-feira

9h – Sessão não-deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Jader Barbalho  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto, Maria do Carmo Alves e Nilo Teixeira Campos

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreira Silva  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150  
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sérgio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho  
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo  
Arte: Cirilo Quartim

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



Bertha Lutz desempenhou papel chave na conquista do voto feminino no Brasil

## Instituído o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz

O Senado homenageará as mulheres que deram contribuição relevante à defesa dos direitos da mulher com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz. É o que prevê projeto, de autoria da senadora Emília Fernandes (sem partido-RS), aprovado ontem pelo Plenário.

O projeto chegou ao Plenário com pareceres favoráveis das comissões de Educação (CE), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e da Comissão Diretora do Senado. O prêmio será conferido anualmente, em sessão do Senado a ser realizada para marcar as atividades do Dia Internacional da Mulher (8 de março). Serão agraciadas, a cada vez, cinco mulheres, de diferentes áreas de atuação.

As candidatas serão indicadas por entidades, governamentais ou não, que desenvolvam atividades relacionadas à promoção e valorização da mulher. Para a escolha das vencedoras, será criado o Conselho do Diploma, composto por um representante de cada partido político com assento no Senado Federal.

Em sua justificativa, a senadora destaca a luta de Bertha Maria Júlia Lutz pelo direito de voto da mulher. Nascida no estado de São Paulo em 1894, formou-se em Botânica e vários outros cursos na Universidade de Sorbonne, na França. Em 1919, fundou a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher.

Na Revolução de 30, intercedeu junto a Getúlio Vargas para que o novo código eleitoral reconhecesse o direito da mulher ao voto, o que se dá em fevereiro de 1932. Durante a Conferência Mundial da Mulher promovida no México pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 1975, Bertha Lutz — que integrava a delegação brasileira — foi convidada a ser a delegada titular do Brasil na Comissão Interamericana de Mulheres.

# Senado aprova plebiscito sobre a criação do estado do Araguaia

Conforme projeto do senador Mozarildo Cavalcanti, que será ainda votado pela Câmara dos Deputados, a nova unidade federativa seria formada por 52 municípios localizados em Mato Grosso

O Plenário do Senado aprovou ontem projeto de decreto legislativo que fixa prazo de seis meses para que seja convocado plebiscito em todos os municípios de Mato Grosso sobre a criação do estado do Araguaia. A proposta, apresentada pelo senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), estabelece que a nova unidade deverá ser constituída por 52 municípios situados no noroeste de Mato Grosso.

A proposta, com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), teve voto contrário do senador Paulo Hartung (PPS-ES) e abstenção de José Eduardo Dutra (PT-SE).

A relatora na CCJ, Maria do Carmo Alves (PFL-SE), incorporou ao texto do projeto emenda do autor, acrescentando à consulta popular a possibilidade de a região ser transformada em território federal, hipótese não prevista no projeto original. A emenda acabou rejeitada, atendendo a pedido do próprio Mozarildo, que apresentou requerimento para

que ela fosse votada em separado.

O projeto determina ainda que, caso seja aprovado o plebiscito, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) expeça instruções ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Mato Grosso para a realização da consulta, sua apuração, fiscalização e a proclamação do resultado.

### DEBATE

Na discussão do projeto, o senador Antero de Barros (PSDB-MT) argumentou que a proposta de criação do novo estado é incompatível com o momento que o país vive. Segundo o parlamentar, ela trará o desequilíbrio da economia, já que o estado remanescente do atual Mato Grosso, após o desmembramento, passaria de um superávit anual de pouco mais de R\$ 30 milhões para um déficit de R\$ 195 milhões.

## Tema provocou debate entre senadores

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), ao comentar a manifestação do senador Antero de Barros (PSDB-MT) contra a criação do estado do Araguaia, argumentou que o projeto votado ontem tratava apenas da autorização para fazer um plebiscito, o que é democrático.

— Não se pode impedir o povo de dar sua opinião — afirmou.

Em seguida, Ademir Andrade (PSB-PA) afirmou que a emancipação de qualquer estado ou município do território nacional nunca trouxe prejuízo para suas populações. O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) citou dados sobre o crescimento do Tocantins, após seu desmembramento do estado de Goiás, que, segundo ele, iriam tranquilizar Antero de Barros.

— Enquanto parte do território goiano, o Tocantins representava menos de 4% da economia do estado. Hoje, se juntássemos duas partes, representaria mais de 36% — afirmou.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) disse que votaria favoravelmente ao projeto porque ele promoverá a inserção da região bene-

ficiada no país. Segundo ele, “há a cobiça internacional pela Amazônia, mas não pelo litoral brasileiro, graças à ocupação que foi feita, com instituições republicanas que lá existem, o que não é verdadeiro na Amazônia”.

O senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) também anunciou seu voto favorável, já que, em sua opinião, a redivisão territorial do país traz benefícios às populações de regiões mais afastadas. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) observou que, mesmo aprovado o plebiscito, ainda será longo o caminho até a criação do novo estado.

Iris Rezende (PMDB-GO) lembrou ter sido o primeiro governador de Goiás a destacar 35% do orçamento do estado para o desenvolvimento da região que depois passou a integrar o estado do Tocantins. José Roberto Arruda (PSDB-DF) afirmou que iria votar a favor da proposta de Mozarildo porque o desmembramento favorece o processo de interiorização do desenvolvimento do Brasil. O mesmo argumento foi invocado pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).



A proposta aprovada pelo Plenário fixa prazo de seis meses para a realização do plebiscito

## “Está na hora de repensar o mapa do Brasil”, diz Mozarildo

Antes da votação da matéria, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) fez um apelo ao Plenário pela imediata aprovação do projeto de sua autoria que convoca plebiscito a fim de que a população decida sobre a criação do novo estado do Araguaia, desmembrado do estado de Mato Grosso. “Está na hora de repensar o mapa do Brasil”, afirmou.

Ele lembrou que o Senado já aprovou dois projetos semelhantes. O primeiro, referente ao estado do Tapajós, desmembrado do estado do Pará. O segundo, estabelecendo três territórios federais em partes do estado do Amazonas.

“Não por acaso, os três estados são os mais extensos do país, cobrindo, juntos, metade do território brasileiro”, disse.

Para Mozarildo, a justificativa para criar o estado do Araguaia é a mesma das propostas anteriores: permitir o melhor desenvolvimento dessas regiões, aproximando os governos estaduais das populações, que são pequenas e esparsas.



Mozarildo: MT, PA e AM têm metade do território nacional

## Vai a sanção projeto que cria cargos na Defensoria

O Plenário também aprovou ontem projeto de lei que cria 70 cargos de defensor público da União de 2ª categoria. Os cargos, a serem preenchidos por concurso público, destinam-se à prestação de apoio administrativo e à manutenção da instituição em funcionamento. O projeto vai à sanção presidencial.

O Executivo, autor do projeto, justificou a aprovação pelo reduzido número de defensores hoje existente. O relator da matéria na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Bernardo Cabral (PFL-AM), acatou os argumentos do governo, enfatizando que a Defensoria funciona em caráter emergencial e provisório. Conforme o governo, os 70 cargos são insuficientes e representam apenas “o possível” diante da reduzida receita or-

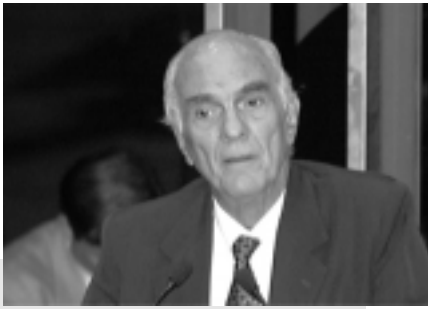
çamentária disponível.

Durante a sessão de ontem, o presidente do Senado, senador Jader Barbalho, reiterou sua solicitação aos líderes partidários para que indiquem os senadores que irão integrar as comissões permanentes do Senado, de modo que elas possam eleger seus presidentes e vice-presidentes na próxima semana.

Na sessão deliberativa, o Plenário também acolheu requerimento do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) para que seja comemorado o centenário de nascimento do ex-senador Argemiro Figueiredo. Também foi aprovado requerimento do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) para realização de sessão conjunta do Congresso em homenagem ao ex-governador paulista Mário Covas.

# Pesar às famílias das vítimas de explosão em Campos

Autor do requerimento aprovado ontem, senador Roberto Saturnino atribui desastre na plataforma e os sucessivos acidentes registrados nos dois últimos anos ao desmonte do sistema Petrobras com vistas à privatização



Saturnino: produção cresceu ao mesmo tempo em que caiu pela metade o número de funcionários

O Plenário aprovou na sessão de ontem requerimento do senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) para que o Senado encaminhe voto de pesar aos familiares das vítimas do acidente ocorrido na plataforma da Petrobras na Baía de Campos (RJ). Saturnino apontou a atual política de desmonte do Estado como o fator responsável pelos sucessivos acidentes registrados nos dois úl-

timos anos no âmbito das atividades daquela empresa.

Saturnino lembrou a esse respeito que, atualmente, o Rio de Janeiro produz o dobro do número de barris de petróleo que produzia há cinco anos. No entanto, segundo ele, o crescimento dessa produção ocorreu ao mesmo tempo em que caiu pela metade o número de funcionários que a Petrobras empregava nessa atividade.

Para o senador, o presidente da

Petrobras, Henri Philippe Reichstul, não tem responsabilidade direta nesses fatos, que devem ser atribuídos às opções do presidente Fernando Henrique Cardoso e dos ministros Martus Tavares, do Planejamento, Orçamento e Gestão, e Pedro Malan, da Fazenda. Saturnino reiterou sua opinião de que esse tipo de acidente é resultado do desmonte do sistema Petrobras com vistas à privatização.

O senador Lauro Campos (PT-

DF), em aparte, lamentou o episódio e concordou com a posição de Saturnino, afirmando que "o acidente é um sintoma de uma sociedade enferma que se orgulha da técnica e dos avanços e que prioriza o lucro em detrimento da preservação da vida". Também apoiaram a iniciativa do autor do requerimento os senadores Ricardo Santos (PSDB-ES), Maguito Vilela (PMDB-GO), Lúdio Coelho (PSDB-MS) e Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO).

## Para Cândido, subcomissão deverá investigar acidente

Ao lamentar as explosões ocorridas na plataforma Petrobras 36 (P-36), a maior do mundo, situada em Macaé, na Baía de Campos (RJ), o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) informou que apresentará requerimento para que o assunto seja investigado pela subcomissão da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura destinada a analisar acidentes que acarretam danos ambientais.

O senador, que está em São Luís (MA) participando de investigações da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga o roubo de cargas no Brasil, lembrou que esta não é a primeira vez que a Petrobras enfrenta situações parecidas. Nos últimos anos, disse o senador, vários acidentes ocorreram, como os vazamentos de óleo na baía de Guanabara e na refinaria do Paraná e o incêndio na Refinaria Landulfo Alves, na Bahia, que causou a morte de um funcionário e ferimentos em vários outros trabalhadores.

mentos de óleo na baía de Guanabara e na refinaria do Paraná e o incêndio na Refinaria Landulfo Alves, na Bahia, que causou a morte de um funcionário e ferimentos em vários outros trabalhadores.

— Infelizmente está se confirmando o que vínhamos falando há algum tempo: que a direção da Petrobras não tem condições morais para continuar administrando a empresa — afirmou.

Geraldo Cândido cobrou a responsabilização dos dirigentes da Petrobras pelas explosões e por outros acidentes que vêm ocorrendo. "Vamos apurar na subcomissão e, para isso, queremos contar com a colaboração do Ministério Público e da Polícia Federal", disse o senador pelo Rio de Janeiro.

Na opinião de Geraldo Cândido, as explosões ocorridas na Baía de Campos significam que a Petrobras "continua despreparada ou está atuando de forma irresponsável" no sentido de evitar que novos acidentes ocorram. Ele considerou inadmissível que uma empresa de tamanho porte não invista na qualidade de suas instalações e equipamentos para garantir a segurança e a vida de seus empregados e a preservação do meio ambiente.



Segundo Geraldo Cândido, Petrobras está despreparada ou atuando de forma irresponsável

## Senadores aprovam autorização de funcionamento de seis emissoras

Os senadores acolheram ontem seis decretos legislativos que aprovam renovações e outorgas de permissões e concessões a emissoras de radiodifusão sonora. Outro decreto autorizou o funcionamento de uma rádio comunitária.

A Associação de Proteção à Maternidade e Infância de Iporã (PR) foi autorizada a implantar sua rádio comunitária. A matéria teve parecer favorável do senador Osmar Dias (PSDB-PR) aprovado pela Comissão de

Educação (CE).

A Sociedade Patense de Radiodifusão Ltda. teve autorizada sua permissão para transmitir em frequência modulada (FM) na cidade de Patos de Minas (MG). Outra permissão foi outorgada à Rádio FM Costa Branca Ltda. da cidade de Areia Branca (RN), cujo relator na CE foi o então senador Agnelo Alves (PMDB-RN).

Foram renovadas as concessões para a Sociedade Rádio Clube de Rondonópolis Ltda., a Sociedade Rádio Emissora Metropolitana

Ltda. e a Rádio Universitária Metropolitana Ltda. transmitirem em ondas médias (OM) nas cidades de Rondonópolis (MT), Rio de Janeiro (RJ) e Brasília (DF), respectivamente.

Por fim, o Senado outorgou permissão à Rádio Princesa das Matas Ltda. para transmitir em OM em Viçosa (AL). Durante a votação, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) protestou pelo fato de o Conselho Nacional de Comunicação, previsto pela Constituição, ainda não ter sido instalado.

## Plenário homenageia ex-reitor da Universidade Federal de Goiás

O Senado aprovou, ontem, requerimento da bancada de Goiás para inserção, em ata, de voto de profundo pesar pelo falecimento do ex-deputado federal e ex-reitor da Universidade Federal de Goiás José Cruciano de Araújo. Segundo a tradição da Casa, serão enviadas condolências à família.

Ao encaminhar o requerimento, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) enfatizou a dedicação de José Cruciano à carreira públi-

ca e à educação. Maguito registrou que José Cruciano foi secretário de Educação do estado, reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG), deputado federal e também membro do Ministério Público Estadual.

Nascido na cidade

de Jataí (GO), José Cruciano des-



Maguito enfatizou a dedicação de José Cruciano à carreira pública

cende de uma família de intelectuais e escritores. Quando reitor da UFG na década de 70, foi responsável pela reforma universitária que culminou na implantação de várias unidades no interior do estado, possibilitando o acesso de milhares de jovens ao ensino superior.

## Projeto de Eduardo cria Comissão de Defesa do Consumidor no Senado

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) aproveitou as comemorações do Dia Mundial do Consumidor, ontem, e dos dez anos de vigência do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, completados na semana passada, para anunciar que apresentará projeto de resolução que cria, no Senado, em caráter permanente, a Comissão de Defesa do Consumidor. O momento é

oportuno e a proposta, disse ele, condiz com iniciativa da Presidência da República de estudar, no âmbito do Ministério da Justiça, a criação da Agência Nacional de Defesa do Consumidor e da Concorrência.

Pela sugestão de Eduardo Siqueira Campos, a nova comissão deverá ter por competência a elaboração de estudos e propostas com vistas à melhoria das rela-

ções de mercado que envolvem fornecedores e consumidores; o aperfeiçoamento dos instrumentos legislativos reguladores, com ênfase nas condições, limites e uso de informações, respeito à privacidade, di-



Eduardo: iniciativa condiz com proposta de criação de agência de defesa do consumidor

reitos autorais, patentes e similares; o acompanhamento das políticas públicas relativas à defesa dos direitos do consumidor, da concorrência e de repressão a monopólios; a apresentação e recepção de denúnci-

as de abuso do poder econômico, qualidade de produtos e publicidades nocivas ou enganosas; a avaliação de relações custo/preço dos produtos, bens e serviços, para estabelecimento de normas de repressão à usura, à inflação de preços e à cartelização dos mercados; a geração e divulgação de estudos, dados estatísticos e informações sobre os temas de competência da comissão.



# Abranches diz que sumiram US\$ 2 milhões do Flamengo

Dinheiro teria sido depositado em contas de duas empresas em paraísos fiscais do Caribe, segundo depoimento à CPI do Futebol



Ex-presidente do Conselho Fiscal do Flamengo,

Roberto Abranches afirmou ontem à CPI do Senado que investiga irregularidades no futebol que desapareceram US\$ 2 milhões dos US\$ 6 milhões que o clube pagou pelo jogador iugoslavo Petkovic.

O jogador foi comprado ao clube Venezia, da Itália, que recebeu US\$ 4 milhões. Abranches disse que o presidente do Flamengo, Edmundo Santos Silva, informou ao Conselho Fiscal do clube que US\$ 1,55 milhão foram pagos à empresa Picoline e US\$ 450 mil à Lake Blue, ambas as quantias depositadas em contas bancárias em paraísos fiscais do Caribe.

## EXPLICAÇÃO

O presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), disse que o presidente do Flamengo não apresentou até agora nenhuma justificativa legal para o pagamento às duas empresas em bancos no Caribe. "Não estou emitindo juízo de valor, mas o próprio Roberto Abranches nos informou que o presidente do clube não apresentou qualquer explicação para os depósitos", acrescentou.

Álvaro Dias informou ainda que recebeu telefonema do advogado da empresa ISL, parceira comercial do Flamengo, que garantiu ter feito o depósito dos US\$ 2 milhões por determinação do clube e que tem documentos que comprovam o que afirma.

Abranches disse que o presidente do Flamengo garantiu o contrário, ou seja, que o pagamento em bancos de um paraíso fiscal foi feito por determinação da ISL.

O ex-presidente do Conselho Fiscal do Flamengo denunciou ainda que o balanço do clube em 1999 aponta despesas não autorizadas superiores a R\$ 40 milhões, e que a dívida total do clube ultrapassa os R\$ 203 milhões.



Observado por Geraldo Althoff e Álvaro Dias, Paulo César Ferreira, membro do Conselho Deliberativo do Flamengo, depõe na CPI do Futebol

## Conselheiro aponta irregularidade e dívidas de R\$ 200 milhões

O jornalista Paulo César Ferreira, membro do Conselho Deliberativo do Flamengo, acusou, em depoimento à CPI do Futebol, ontem, o atual presidente do clube, Edmundo Santos Silva, de cometer irregularidades na compra e venda de jogadores e de deixar de pagar os impostos referentes a essas transações. O principal caso mencionado por Ferreira é o de Petkovic, que teria sido comprado ao clube italiano Venezia, através de depósitos em contas existentes em paraísos fiscais.

Dentre os documentos reunidos por Ferreira, que montou um dos-

siê com as supostas irregularidades cometidas pela atual diretoria, consta uma auditoria sobre as contas do clube. "O Flamengo está quebrado", afirmou o conselheiro, que apontou para a dívida de R\$ 200 milhões, entre impostos, obrigações trabalhistas e pagamentos a terceiros. De acordo com ele, o clube vendeu 50% dos direitos sobre sua marca à ISL, na esperança de saldar suas dívidas. A ISL, porém, também estaria em dificuldades financeiras e descumprindo o contrato com o Flamengo, ao deixar de realizar o trabalho de *marketing* para o qual foi contratada.

## Álvaro insiste na quebra de sigilo de dirigentes do futebol

O presidente da CPI do Futebol, senador Álvaro Dias (PSDB-PR), reencaminhou, ontem, os pedidos de quebra de sigilo bancário e fiscal do deputado federal e presidente do Vasco da Gama, Eurico Miranda; do presidente do Flamengo, Edmundo Santos Silva; e dos presidentes das federações do Rio de Janeiro e São Paulo, Eduardo Viana e Eduardo Farah, respectivamente. Além disso, foram novamente pedidas as quebras dos sigilos do Vasco, do Flamengo e das próprias federações de futebol do Rio e de São Paulo.

O relator da comissão, senador Geraldo Althoff (PFL-SC), já havia requerido a quebra de sigilo, em bloco, de inúmeros dirigentes de futebol e entidades esportivas, mas uma liminar concedida pelo Supremo Tribunal Federal frustrou a tentativa do relator. "Agora estamos reencaminhando a

quebra desses sigilos, com o cuidado de evitar qualquer antijuridicidade", disse Álvaro Dias.

Althoff pediu ainda que a Polícia Federal ouça Eduardo Mota, que faz parte da diretoria do Flamengo, para que ele explique as ameaças que teria feito aos integrantes do clube que iriam depor na CPI. O presidente do Conselho Fiscal do Flamengo, Roberto Abranches, que seria ouvido juntamente com o conselheiro Paulo César Ferreira, preferiu depor em sessão secreta, no que foi atendido pelos integrantes da CPI.

Álvaro Dias disse ainda que o acordo entre o ministro do Esporte e Turismo, Carlos Mello, o presidente da Confederação Brasileira de Futebol (CBF), Ricardo Teixeira e o ex-jogador Pelé não esvazia a CPI, como afirmou hoje o jornal *Folha de S. Paulo*.

# CPI vai a São Luís e investiga envolvidos no roubo de cargas



A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que está

investigando o roubo de cargas no Brasil iniciou ontem de manhã uma série de investigações em São Luís (MA). Instalada na Assembléia Legislativa do estado, a CPI deve ouvir o depoimento de 20 pessoas, entre elas quatro prefeitos, quatro prefeitos e dois ex-deputados, além de juizes e empresários. Os trabalhos deverão se estender na capital maranhense até amanhã.

Além do presidente da CPI, senador Romeu Tuma (PFL-SP), e do relator, deputado federal Oscar Andrade (PFL-RO), tam-

bém encontram-se em São Luís dois outros integrantes da comissão: o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) e o deputado Pompeu de Mattos (PDT-RS). Os parlamentares estão acompanhados por delegados e agentes da Polícia Federal.

Alguns dos depoentes, segundo Geraldo Cândido, também

foram investigados pela CPI da Câmara sobre o narcotráfico. "O trabalho está sendo intenso e estamos percebendo que esta organização criminosa é maior do que pensávamos", comentou Geraldo Cândido. Ele destacou que o roubo de cargas envolve pessoas em Campi-

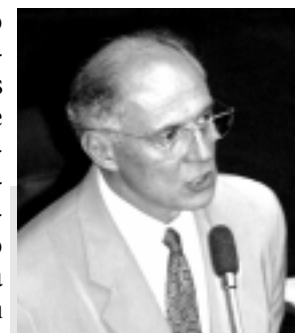


Romeu Tuma preside reuniões em que devem ser ouvidas 20 pessoas

nas (SP), estados do Norte e Nordeste, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

## Suplicy apóia pedido de novo julgamento de acusados por massacre

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou a transcrição nos Anais do Senado de relatório do desembargador Otávio Marcelino Maciel, do Tribunal de Justiça do Pará, que propõe a realização de um novo julgamento dos envolvidos no massacre de Eldorado dos Carajás. O documen-



Eduardo Suplicy pediu transcrição de relatório nos Anais do Senado

to foi apresentado ontem na reunião do Conselho dos Direitos da Pessoa Humana, presidido pelo ministro da Justiça, José Gregori.

Em 17 de abril de 1996, 17 trabalhadores rurais sem-terra foram mortos e 81 ficaram feridos em conflito com a Polícia Militar, em Paragominas. Em 1999, a Justiça do Pará julgou três oficiais que comandaram a operação policial. O resultado — absolvição dos policiais — foi anulado e está em fase de recurso especial no Tribunal de Justiça. Segundo o

desembargador, o novo julgamento envolverá 155 policiais militares e quatro sem-terra.

Na mesma reunião, foi discutido o ofício que o ministro encaminhou ao governador de Mato Grosso do Sul, Zeca do PT, e à direção da Polícia Federal, recomendando a adoção de medi-

das preventivas para preservar a vida do prefeito e do vice-prefeito do município de Mundo Novo (MS), Humberto Almoduci e César Follador. O vice-prefeito é o viúvo da ex-prefeita Dorcelina Follador, assassinada em outubro 1999.

O deputado João Grande (PT-MS), segundo o senador, relatou durante a reunião que o prefeito e seu vice receberam ameaças de morte, por meio de telefonemas semelhantes aos que antecederam o assassinato da ex-prefeita.

# Muitas atrações na TV Senado neste fim de semana

A TV Senado rerepresentará a reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que ouviu na quarta-feira os jornalistas responsáveis pela reportagem da revista *IstoÉ* sobre a conversa entre o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) e os procuradores Luiz Francisco de Souza, Guilherme Schelb e Eliana Torelly. A reunião poderá ser vista hoje, logo após a sessão plenária, e amanhã, a partir das 8h.

Uma nova versão do programa *Fala Cidadão* estreia na TV Senado neste fim de semana. Maior e mais completo, o programa irá responder às perguntas feitas pelos cidadãos que ligam para o serviço Voz do Cidadão (0800-612211). Dúvidas sobre o andamento de projetos e o trabalho parlamentar em relação a questões que atingem a sociedade são alguns dos temas comentados pelos senadores. Nesse primeiro programa, o telespectador vai saber mais sobre a reforma do sistema penitenciário e sobre o biodiesel, combustível feito a partir da mamona. O *Fala Cidadão* será exibido amanhã, excepcionalmente, às 20h30 e 23h, e no domingo às 11h e 17h30.

O programa *Idéias*, que estreou na programação semana passada, é dedicado a mostrar

o que fazem os senadores, as opiniões e posições que manifestam nos discursos em plenário e o que estão propondo com os novos projetos de lei. Nessa edição, o programa enfoca a preocupação dos senadores e do governo com o ingresso do Brasil na Alca (Área de Livre Comércio das Américas). Além disso, traz os desafios do comércio internacional, o programa Bolsa-Escola e a campanha para levar médicos e enfermeiros aos municípios mais carentes do Brasil. O *Idéias* vai ao ar na TV Senado domingo, às 5h, 11h30 e 23h.

*Lampião* é o especial que a TV Senado apresenta no programa *Redescobrimo o Brasil*. O telespectador vai conhecer a história do rei do cangaço, Virgulino Ferreira da Silva, o Lampião. Uma briga entre sua família e a família Nogueira transformou o jovem agricultor em cangaceiro. Sua habilidade como atirador e a rapidez dos tiros, iluminando a noite escura do sertão, deram origem ao apelido que entrou para a História. Lampião, o rei do cangaço, semeou por quase 20 anos temor e admiração no sertão nordestino. A TV Senado coloca o especial *Lampião* no ar amanhã, às 3h, 6h e 22h30, e domingo, às 3h, 5h30, 8h30, 13h, 17h e 22h30.

A TV Senado homenageia o sociólogo Gilberto Freyre, que faria aniversário dia 15, apresentando o especial *O Redescobridor do Brasil*, produzido pela Fundação Joaquim Nabuco e cedido à TV Senado. Nele, a vida e a obra do autor de *Casa Grande & Senzala* são contadas em literatura de cordel, neste domingo, às 9h e 19h.

O programa *Agenda Econômica* recebe a secretária de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Lytha Spíndola. Ela diz aos jornalista Helival Rios e Beto Almeida que as perspectivas do comércio exterior brasileiro são positivas e que o Brasil está se capacitando para ocupar posição de maior destaque no cenário internacional. O programa é exibido amanhã, às 6h30 e 13h30, e, no domingo, às 19h30.

A cantora Anna Magdala é a atração do programa *Espaço Cultural* deste fim de semana. O telespectador vai conferir amanhã, às 14h30 e 21h30, e, no domingo, às 14h30, um *show* recheado de grandes sucessos da MPB e baladas latinas.

O médico Hélio Magalhães é o convidado do programa *De Coração* deste fim de semana na TV Senado. Ele fala da frequência com que o paciente cardíaco deve visitar o cardiologista. No ar, domingo, às 16h.



Pedro Piva discute, no programa *Entrevista*, a crise com o Canadá

## Comércio exterior é tema do programa "Entrevista"

O embargo canadense à importação da carne brasileira volta a ser assunto na TV Senado. O senador Pedro Piva (PSDB-SP) é o convidado do programa *Entrevista* e dá a sua opinião sobre o Brasil e o comércio exterior. O *Entrevista* é exibido hoje, às 3h30 e 7h30.

No programa *Cidadania*, que vai ao ar hoje, às 6h30, o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) e o presidente do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura, Wilson Lang, abordam o problema da acessibilidade para os deficientes físicos.

Pepino Di Capri é a atração do programa *Teatro Arthur Azevedo*. Hoje, às 22h30, o telespectador vai relembrar os grandes sucessos da década de 60 do cantor italiano que foi o único até hoje a ganhar duas vezes o Fes-

tival de San Remo, na Itália.

### RÁDIO SENADO

Um tributo ao compositor Tom Waits é o destaque deste fim de semana em *Improviso - Jazz Sem Fronteiras*, na Rádio Senado. O programa apresentará o álbum *New Coat of Paint*, que reúne diversos intérpretes completamente identificados com a obra de Waits. Apesar de representantes de diferentes gêneros, todos têm em comum a marca da originalidade. O programa, produzido pelos jornalistas Flavio de Mattos e Vinicius Becker, é transmitido pela Rádio Senado FM aos sábados, às 20h, e tem reprise aos domingos, às 23h30. A emissora pode ser sintonizada na frequência 91,7 e também está acessível pela internet no endereço [www.senado.gov.br/radio](http://www.senado.gov.br/radio).

## PROGRAMAÇÃO



### TV SENADO

#### HOJE

6h30 - *Cidadania* - Sen. Geraldo Althoff e o presidente do Confea, Wilson Lang, falam sobre a acessibilidade para os deficientes físicos  
7h30 - *Entrevista* - Sen. Pedro Piva fala sobre Brasil e comércio exterior  
8h - *Jornal do Senado* - As principais notícias do dia  
8h30 - *Saúde/Unip* - As santas casas  
9h - Sessão Plenária (ao vivo)  
Logo após - Reunião do Conselho de Ética (reapresentação)  
22h - *Jornal do Senado* - As principais notícias do dia  
22h30 - *Teatro Arthur Azevedo* - Pepino Di Capri  
24h - *Quem tem medo da música clássica?* - Robert Schumann

#### SÁBADO

1h - *Debate* - Sen. Sebastião Rocha e o diretor da Vigilância Sanitária, Gonzalo Vecina Neto, falam sobre os medicamentos genéricos  
2h - *Saúde/Unip* - O álcool e a sociedade - parte 1  
2h30 - *Jornal do Senado* - O resumo das atividades

do Senado

3h - *Especial* - Lampião  
3h30 - *Entrevista* - Sen. Ramez Tebet fala sobre o Programa Pantanal  
4h - *Saúde/Unip* - O álcool e a sociedade - parte 1  
4h30 - *Jornal do Senado* - O resumo das atividades do Senado  
5h - *Canal Médico* - Sessão Clínica - Terapia Intensiva Pediátrica  
6h - *Especial* - Lampião  
6h30 - *Agenda Econômica* - Lytha Spíndola, secretária de Comércio Exterior, fala sobre comércio exterior  
7h30 - *Entrevista* - Sen. Alberto Silva fala sobre a reforma do sistema penitenciário  
8h - Reunião do Conselho de Ética (gravado)  
19h30 - *Cidadania* - Sen. Geraldo Althoff e o presidente do Confea, Wilson Lang, falam sobre a acessibilidade para os deficientes físicos  
20h30 - *Fala Cidadão*  
21h - *Jornal do Senado* - O resumo das atividades do Senado  
21h30 - *Espaço Cultural* - Anna Magdala

#### DOMINGO

1h - *Cidadania* - Sen. Roberto Saturnino e o presidente do STM, brigadeiro Sérgio Xavier Ferolla, falam sobre o

Sivam e a soberania nacional

2h - *Saúde/UNIP* - O álcool e a sociedade - parte 2  
2h30 - *Jornal do Senado* - O resumo das atividades do Senado  
3h - *Redescobrimo o Brasil* - Lampião  
3h30 - *Entrevista* - Sen. Pedro Piva fala sobre Brasil e comércio exterior  
4h - *Saúde/UNIP* - O álcool e a sociedade - parte 2  
4h30 - *Jornal do Senado* - O resumo das atividades do Senado  
5h - *Idéias* - Os senadores fazem discursos e apresentam novos projetos  
5h30 - *Redescobrimo o Brasil* - Lampião  
6h - *Cores do Brasil* - Espírito Santo  
6h30 - *Canal Médico* - Medicina em Debate - Assistência pré e pós-natal  
7h30 - *Entrevista* - Sen. Moreira Mendes fala sobre o turismo no Brasil  
8h - *Jornal do Senado* - O resumo das atividades do Senado  
8h30 - *Redescobrimo o Brasil* - Lampião  
9h - *Manifestações Culturais* - Gilberto Freyre, o redescobridor do Brasil  
9h30 - *Saúde/Unip* - O álcool e a sociedade - parte 2  
10h - *Quem tem medo da música clássica?* - Robert Schumann

11h - *Fala Cidadão*

11h30 - *Idéias* - Os senadores fazem discursos e apresentam novos projetos  
12h - *Jornal do Senado* - O resumo das atividades do Senado  
12h30 - *Entrevista* - Sen. Mauro Miranda fala sobre o acesso à moradia  
13h - *Redescobrimo o Brasil* - Lampião  
13h30 - *Cidadania* - Sen. Geraldo Althoff e o presidente do Confea, Wilson Lang, falam sobre a acessibilidade para os deficientes físicos  
14h30 - *Espaço Cultural* - Anna Magdala  
15h30 - *Cores do Brasil* - Natal  
16h - *De Coração* - Segmento clínico do paciente cardíaco  
16h30 - *Entrevista* - Sen. Alberto Silva fala sobre a reforma do sistema penitenciário  
17h - *Redescobrimo o Brasil* - Lampião  
17h30 - *Fala Cidadão*  
18h - *Quem tem medo da música clássica?* - Robert Schumann  
19h - *Manifestações Culturais* - Gilberto Freyre, o redescobridor do Brasil  
19h30 - *Agenda Econômica* - Lytha Spíndola, secretária de Comércio Exterior, fala sobre comércio exterior  
20h30 - *Entrevista* - Sen. Ramez Tebet fala sobre o Programa Pantanal  
21h - *Jornal do Senado* - O resumo das atividades do

Senado

21h30 - *Teatro Arthur Azevedo* - Jane Duboc  
22h30 - *Redescobrimo o Brasil* - Lampião  
23h - *Idéias* - Os senadores fazem discursos e apresentam novos projetos  
23h30 - *Cores do Brasil* - Espírito Santo  
24h - *Quem tem medo da música clássica?* - Robert Schumann

### RÁDIO SENADO

#### HOJE

8h - *Agenda Senado*  
Em seguida - Música e informação  
9h - Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida - Música e informação  
19h - *A Voz do Brasil*  
Em seguida - Música e informação  
20h30 - *Senado em Linha Direta* - Edição Nordeste  
Em seguida - Música e informação  
21h - *Senado em Linha Direta* - Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida - Música e informação  
21h30 - *Senado em Linha Direta* - Edição Sul/Sudeste  
Em seguida - Música e informação  
0h - Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida - Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

# Dutra diz que apoio à CPI mostrará quem realmente quer apurar denúncias

Líder do Bloco Oposição anuncia requerimento para criar comissão parlamentar de inquérito. Segundo ele, a iniciativa interessa ao Congresso, "que deve zelar por suas prerrogativas, inclusive a de investigar"

Como líder do Bloco Oposição, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) afirmou na sessão de ontem que a lista de assinaturas dos que apóiam a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar denúncias de irregularidades que têm sido citadas pela imprensa e em discursos parlamentares vai demonstrar quem realmente quer apurar os fatos. Ele fez o lançamento oficial do requerimento dos partidos de oposição e da lista de coleta de assinaturas dos senadores que concordam com a criação da CPI.

— Esse assunto interessa à instituição, que deve zelar por suas prerrogativas, inclusive a de investigar. O governo é transitório e o Congresso, permanente; o que está em jogo são essas prerrogativas e a manutenção desta Casa legislativa — alertou.

Dutra lembrou que o presidente

do Senado, Jader Barbalho, disse que concordava com uma CPI que se propusesse a investigar o que vem sendo chamado de "cesta básica", e que inclui itens citados pela oposição e pelos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Afirmou também que espera que outros senadores, além dos de oposição, assinem o requerimento, e descartou o argumento de que a CPI não seria a instância correta para as investigações.

— É uma falácia dizer que a CPI não é o órgão para isso. Se hoje temos um juiz, empresários e um ex-senador presos por irregularidades nas obras do TRT de São Paulo, isso



Dutra: "O governo é transitório e o Congresso, permanente"

é resultado de investigações realizadas pelo Congresso e encaminhadas ao Ministério Público.

Ele criticou o que chamou de "chantagem" do presidente Fernando Henrique, para quem uma CPI poderia desestabilizar o país. "Isso não é verdade e ainda se choca com as posturas anteriores do próprio presidente", salientou.

## INVESTIGAÇÃO

São esses os pontos indicados para investigação pela CPI: denúncias envolvendo o ex-secretário-geral da Presidência da República Eduardo Jorge; a participação de Ricardo Sérgio de Oliveira, diretor do Banco do Brasil, na privatização das empresas que formaram o consórcio Tele-

mar; a liberação de verbas para pagamento de precatórios do DNER; o relacionamento do secretário de Comunicação da Presidência da República, Andrea Matarazzo, com empresas de propaganda e publicidade; os atrasos nas investigações pelo Banco Central de ilícitos no sistema financeiro, como o desvio de rendimentos no âmbito do Banco do Estado do Pará (Banpará); remessas ilegais de divisas para paraísos fiscais em nome de Sérgio Roberto Vieira da Motta; despesas do Banco Econômico em campanhas eleitorais; contas-fantasma no Citibank em Salvador (BA); fraudes no Fundo de Investimentos da Amazônia e na Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia; irregularidades nos portos de Juazeiro, de Salvador, e de Santos (SP); e denúncias relativas à ampliação do aeroporto de Salvador.

## Jader: não há dificuldade para qualquer investigação

"De minha parte, não existe absolutamente nenhuma dificuldade para qualquer investigação que se queira processar". A declaração foi feita pelo presidente do Senado, Jader Barbalho,



Jader Barbalho deseja conhecer os termos definitivos do requerimento

na manhã de ontem, em resposta a perguntas dos repórteres sobre sua disposição de apoiar a constituição de

uma comissão parlamentar de inquérito (CPI) para investigar diversas denúncias de corrupção.

A intenção manifestada pelos partidos de oposição é refazer o requerimento de constituição da CPI da Corrupção, para colocar "no mesmo balaio", conforme sugestão feita pelo próprio presidente do Senado no início da semana, todos os casos pendentes de investigação no setor financeiro nacional. Jader disse que vai esperar os termos do requerimento e sua apresentação formal para tomar uma posição definitiva sobre o assunto.

— Primeiro, vou ler o requerimento, pois não conheço seus termos, e falo mais tarde, depois de ter lido e após a apresentação desse requerimento pela oposição — concluiu.

## Oposição lança campanha para obter assinaturas

Os partidos de oposição lançaram ontem uma campanha destinada a conseguir as assinaturas necessárias para a instalação de uma comissão parlamentar de inquérito mista (CPI) com o objetivo de investigar amplo leque de denúncias de corrupção na administração pública.



Heloísa Helena espera apoio no PMDB e no PFL

— Nem o PMDB nem o PFL terão como se recusar a apoiar a CPI, já que há denúncias partidas dos dois lados, assim como da imprensa — disse a senadora Heloísa Helena (PT-AL).

No Senado, onde o número mínimo de assinaturas necessário

é 27, já estariam garantidas 19, mas Heloísa Helena disse ter recebido do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) promessa de assinar o requerimento, independentemente da posição que seu partido viesse a assumir. Na Câmara, haveria 120 parlamentares comprometidos com a CPI, quando o número mínimo de assinaturas é 171.

— Mais do que o corpo-a-corpo, o que vai pressionar os parlamentares a assinar o requerimento serão as manifestações populares — previu a senadora Marina Silva (PT-AC).

## Ademir faz apelo para que senadores endossem o pedido

O líder do PSB no Senado, Ademir Andrade (PA), fez um apelo para que senadores do PMDB e do PFL assinem o pedido de instalação de uma CPI para investigar a corrupção no país. "Agora vamos ver a sinceridade dos que apresentaram tantas denúncias de corrupção contra ministros e dirigentes de empresas estatais: se queriam apurar, de fato, ou se estavam apenas manobrando para obter espaço político", declarou. Ademir disse que a proposta do PT, PDT, PSB, PPS e PCdoB preenche os requisitos constitucionais, apresentando, "até em demasia", fatos determinados de corrupção.

— Os parlamentares do PMDB e do PFL têm a obrigação de assinar o pedido e fazer funcionar a CPI para apurar denúncias que eles próprios apresentaram — enfatizou.

O Ministério Público e o Poder Judiciário não têm funcionado a contento para diminuir a impunidade no Brasil, avaliou o senador. "Se há alguns indiciados por corrupção na cadeia, é porque a imprensa e a opi-



Ademir Andrade salienta que a proposta preenche os requisitos constitucionais

nião pública pressionaram as instituições. E tudo começou com uma CPI que investigou denúncias. É esse cenário que queremos ver repetido no caso desses novos indícios, bem claros, de corrupção", afirmou.

## PRIVATIZAÇÃO

Ademir Andrade protestou contra a decisão do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) de deixar de administrar a Usina Abraham Lincoln (Pacal) na rodovia Transamazônica, no município de Medicilândia (PA). "O instituto resolveu abandonar a usina de açúcar e álcool, sem se preocupar com a sorte dos produtores que foram incentivados pelo governo a plantar cana-de-açúcar na região", afirmou.

Segundo Ademir, é um absurdo que, depois de privatizar tantas empresas dos setores siderúrgico, telefônico e bancário, o governo não tenha pensado em vender a Pacal quando perdeu o interesse em explorá-la. "Preferiu desativá-la, sem pensar no futuro dos produtores que dependem do empreendimento", disse.

## ACM assina "na hora" se o requerimento incluir o Banpará

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou à imprensa ontem que vai assinar o requerimento das oposições para que seja criada uma CPI destinada a investigar denúncias de corrupção feitas recentemente por ele e pelo líder do PMDB no Senado, Renan Calheiros (AL), e publicadas por jornais e revistas.

— Ainda não assinei porque as oposições ainda não me levaram o requerimento. Se lá constar o Banpará para investigação, assino na hora — disse, em referência às denúncias de irregularidades no Banco do Estado do Pará, quando o atual presidente do Senado era governador.

**A VOZ DO CIDADÃO**  
VOCÊ LICADO NO SENADO FEDERAL

0800 612211  
www.senado.gov.br  
e-mail: cidadao@senado.gov.br

# Estrada ruim pode dar margem a indenização

Projeto de Maguito Vilela obriga o governo a ressarcir danos em acidentes provocados pelas más condições de conservação de rodovias federais

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentou em plenário projeto de sua autoria estabelecendo a obrigatoriedade de o governo ressarcir financeiramente as perdas materiais e humanas resultantes de acidentes causados por problemas nas rodovias federais. Maguito disse



Para Maguito, sairia mais barato realizar as obras de recuperação

que essa foi a única maneira que encontrou de sensibilizar o governo para o estado de conservação das estradas e o grande número de acidentes provocados pelo descaso dos governantes em relação ao problema.

Ele acrescentou que, de dois anos para cá, vem alertando insistentemente o governo para a "situação calamitosa" das rodovias federais do país sem ver uma atitude concreta da área governamental para consertar ou conservar os trechos prejudicados.

Segundo Maguito, esse tipo de comportamento "insensível" tem levado várias pessoas a perderem a vida e seus bens materiais em acidentes em estradas afetadas pelo excesso de buracos, pela erosão e pela má sinalização, entre outros problemas.

Com a proposta, o senador quer determinar o pagamento de uma indenização, no prazo máximo de 30 dias após o acidente, aos familiares da vítima, como forma de reparar os danos humanos e materiais. Entre os itens a serem ressarcidos, constam o transporte, o atendimento médico-hospitalar e psicológico, os custos com reabilitações, próteses, medicamentos, veículos e pertences perdidos e ainda o pagamento

de pensão por morte. O órgão governamental integrante do Sistema Nacional de Trânsito e responsável pela manutenção da rodovia onde o acidente aconteceu deverá fazer o pagamento às vítimas, podendo, se for o caso, cobrar de terceiros, considerados culpados diretos pelo acidente. Se não proceder ao pagamento das vítimas no prazo estipulado, o órgão poderá receber multa de até dez vezes o valor da indenização.

— O governo vai entender que ficará muito mais caro pagar ressarcimentos do que socorrer as nossas estradas — observou Maguito.

de pensão por morte. O órgão governamental integrante do Sistema Nacional de Trânsito e responsável pela manutenção da rodovia onde o acidente aconteceu deverá fazer o pagamento às vítimas, podendo, se for o caso, cobrar de terceiros, considerados culpados diretos pelo acidente. Se não proceder ao pagamento das vítimas no prazo estipulado, o órgão poderá receber multa de até dez vezes o valor da indenização.

— O governo vai entender que ficará muito mais caro pagar ressarcimentos do que socorrer as nossas estradas — observou Maguito.

## Veja como é o projeto de Maguito Vilela

A proposta do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) obriga o governo a indenizar as vítimas de acidentes ocorridos em rodovias federais malconservadas

• Quem paga	Órgão ou entidade do Sistema Nacional de Trânsito
• Por que paga	Se a omissão na conservação da estrada causar o acidente
• O que paga	Despesas com locomoção, médico-hospitalares, psicológicas, de reabilitação, com medicamentos e próteses, auxílio-invalidez, pensão por morte e danos patrimoniais no veículo ou pertences da vítima
• Se não pagar	Recebe multa de dez vezes o valor da indenização
• Prazo para pagar	Até 30 dias depois do acidente
• Quem recebe	Vítimas ou familiares das vítimas

## Jonas sugere incentivo para os pecuaristas do Pantanal

Projeto de lei apresentado ontem pelo senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) estabelece que os produtores rurais com atividades pecuárias no Pantanal Mato-Grossense terão um bônus de 25% quando pagarem em dia as parcelas de operações de financiamentos realizados junto ao Fundo Constitucional do Centro-Oeste. O incentivo já é concedido aos pecuaristas das regiões do semi-árido nordestino.

Segundo o senador, a medida contribuiria para reduzir a descapitalização do produtor rural pantaneiro e a conseqüente redução do plantel de animais da região, além de assegurar a pre-

servação de uma atividade que é tradicionalmente adequada ao ecossistema pantaneiro.

Com períodos de cheias e vazantes e ecossistema típico, o Pantanal impõe uma pecuária diferenciada, de uso extensivo de pastagens naturais, sem o uso de agrotóxicos, explicou o senador. Se essas características asseguram um produto de qualidade sanitária inigualável, acrescentou, por outro lado "a pecuária tem índices de produtividade mais baixos e, conseqüentemente, também menor rentabilidade econômica".

A crise econômica e a ausência de incentivos para a pecuária na região resultaram, conforme Jonas



Jonas pretende estender ao Pantanal benefício já concedido ao Nordeste

Pinheiro, na saída dos produtores tradicionais e na redução dos rebanhos, o que poderá "provocar um grande e sério desequilíbrio na natureza, porque se romperá o ciclo de exploração e de vida naquela região". A concessão do incentivo proposto, a seu ver, tornará os encargos financeiros dos empréstimos junto ao Fundo Constitucional do Centro-Oeste mais compatíveis com a lucratividade e a maturação próprias dos investimentos pecuários na região.

## Hartung quer informações sobre a situação do FGTS

Com o objetivo de obter esclarecimentos sobre a correção do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o senador Paulo Hartung (PPS-ES) encaminhou à Mesa requerimento sobre o assunto, dirigido ao ministro da Fazenda, Pedro Malan. As perguntas tratam de questões



Paulo Hartung cobra do governo o pagamento da correção do fundo

que vão da taxa de juros usada nas operações de crédito para habitação ao montante do ativo do fundo aplicado em títulos e valores.

Ao encaminhar o requerimento na sessão de ontem, Hartung contestou as recentes declarações dos ministros do Trabalho, Francisco Dornelles, e da Fazenda de que o FGTS é um fundo privado. Hartung lembrou que é a Caixa Econômica, um ente federal, que administra o fundo, o que o caracteriza como público. Para o senador, tais alegações apenas deixam clara a posição do governo de não querer ar-

car com os custos da correção do FGTS.

O parlamentar afirmou que 81% dos ativos do fundo são aplicados em habitação, saneamento e infraestrutura. Hartung destacou que a Lei nº 8.036, de 1990, diz em seu artigo 13 que o saldo das contas vinculadas ao FGTS é ga-

rantido pelo governo federal. Na avaliação dele, o plano do governo de repassar o custo da correção, reajustando as alíquotas de contribuição do FGTS, elevarão o "custo Brasil".

Paulo Hartung se disse consciente de que os R\$ 40 bilhões necessários para pagar a dívida do FGTS são uma "quantia significativa". Mas, ressaltou ele, "não se pode utilizar subterfúgios para não conceder à população aquilo a que ela tem direito nem, muito menos, fazer com que seja ela própria a pagar a conta".

## Antonio Carlos pede apoio oficial para cultura do cacau

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) propôs ontem ação conjunta dos governos federal e da Bahia para recuperar a lavoura e a indústria de processamento do cacau. Para que isso aconteça, disse, o Ministério da Fazenda, o Banco do Brasil e o Banco Nacional de Desenvolvi-



Antonio Carlos Magalhães: "O cacau do Brasil não quer favores"

mento Econômico e Social (BNDES) devem renegociar as dívidas dos produtores, em bases compatíveis com as suas condições econômico-financeiras atuais, com o padrão tecnológico e a situação da economia regional. Ele sugeriu também o fortalecimento da Comissão Especial do Plano da Lavoura Cacaueira (Ceplac) como instrumento técnico de recuperação do cacau.

— Não queremos mascarar ineficiências. Queremos, sim, cooperação. Queremos a compreensão do governo federal de que a situação do cacau na Bahia é de crise absoluta — afirmou o senador.

Antonio Carlos fez críticas à política do governo federal para a la-

voura de cacau, atividade tradicionalmente desenvolvida na Bahia. Segundo ele, meses atrás, foram lançados programas de apoio a diversas culturas, como a do caju, e à modernização de máquinas agrícolas, com juros fixos de 8,75% ao ano. Para a produção cacaueira, no entanto,

os encargos financeiros continuam indexados à TJLP mais 4%, o que corresponde hoje a 13,25% ao ano.

— O cacau do Brasil não quer favores. Quer tratamento justo por tudo aquilo que representou, representa e ainda representará para o desenvolvimento brasileiro — acrescentou o parlamentar.

O senador lembrou que a cultura do cacau começou a ter problemas no início dos anos 80 em função do declínio dos preços internacionais e da irregularidade das chuvas. Esse processo culminou com a disseminação da vassoura-de-bruxa, doença provocada por um fungo, que trouxe grandes prejuízos à produtividade das plantações.